

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015  
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	31/12/2014	31/12/2013	
<b>Ativo Circulante</b>		<b>17.930.546</b>	<b>16.416.126</b>	
<b>Disponibilidades</b>	4	<b>41.722</b>	<b>229.735</b>	
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>16.e</b>	<b>1.255.332</b>	<b>1.482.844</b>	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.255.332	1.482.844	
<b>Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros</b>				
<b>Derivativos</b>		<b>136.658</b>	-	
Carteira Própria		136.658	-	
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>5</b>	-	<b>245</b>	
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central		-	245	
<b>Operações de Crédito</b>		<b>14.173.796</b>	<b>12.270.998</b>	
Sector Privado	6	14.497.100	12.630.318	
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)		(323.304)	(359.320)	
<b>Outros Créditos</b>	<b>6.e</b>	<b>2.246.881</b>	<b>2.345.502</b>	
Rendas a Receber		17.311	9.877	
Créditos Tributários	7	259.648	382.784	
Diversos	8	1.994.729	1.975.744	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(24.807)	(22.903)	
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>3.f</b>	<b>76.159</b>	<b>86.802</b>	
Despesas Antecipadas		76.159	86.802	
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>12.209.569</b>	<b>14.465.813</b>	
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>16.e</b>	<b>6.501</b>	<b>5.867</b>	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		6.501	5.867	
<b>Operações de Crédito</b>		<b>10.426.289</b>	<b>12.533.910</b>	
Sector Privado	6	10.856.818	13.053.430	
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(430.529)	(519.520)	
<b>Outros Créditos</b>		<b>1.464.934</b>	<b>1.534.787</b>	
Créditos Tributários	7	791.201	941.578	
Diversos	8	734.535	636.843	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(60.802)	(43.634)	
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>311.845</b>	<b>391.249</b>	
Despesas Antecipadas	3.f	311.845	391.249	
<b>Permanente</b>		<b>117.636</b>	<b>99.669</b>	
<b>Investimentos</b>	<b>11</b>	<b>31.128</b>	-	
Participações em Coligadas e Controladas - No País		17.042	-	
Ágio		14.086	-	
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>9</b>	<b>28.533</b>	<b>31.058</b>	
Imobilizado de Uso		71.597	69.931	
(Depreciações Acumuladas)		(43.064)	(38.873)	
<b>Intangível</b>	<b>10</b>	<b>57.975</b>	<b>68.611</b>	
Ativos Intangíveis		117.963	109.671	
(Amortizações Acumuladas)		(59.988)	(41.060)	
<b>Total do Ativo</b>		<b>30.257.753</b>	<b>30.981.608</b>	
<b>Passivo Circulante</b>				
<b>Depósitos</b>		<b>20.321.432</b>	<b>19.396.366</b>	
Depósitos à Vista		2.469	3.705	
Depósitos Interfinanceiros	16.e	19.590.998	18.748.335	
<b>Outras Obrigações</b>		<b>727.965</b>	<b>644.326</b>	
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		6.947	5.542	
Sociais e Estatutárias		75.909	7.876	
Fiscais e Previdenciárias	12	21.967	30.628	
Diversas	13	623.142	600.280	
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>8.639.458</b>	<b>10.530.868</b>	
<b>Depósitos</b>		<b>7.585.769</b>	<b>9.733.110</b>	
Depósitos Interfinanceiros	16.e	7.585.769	9.733.110	
<b>Outras Obrigações</b>		<b>1.053.689</b>	<b>797.758</b>	
Fiscais e Previdenciárias	12	997.481	773.777	
Diversas	13	56.208	23.981	
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>15</b>	<b>1.296.863</b>	<b>1.054.374</b>	
Capital Social:				
De Domiciliados no País		726.561	726.561	
Reservas de Lucros		570.302	327.813	
<b>Total do Passivo</b>		<b>30.257.753</b>	<b>30.981.608</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2012</b>	<b>726.561</b>	<b>32.665</b>	<b>358.732</b>	-	<b>1.117.958</b>
Lucro Líquido	-	-	-	58.816	58.816
Reserva Legal	15.c	2.941	-	(2.941)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	(70.200)	(52.200)	(122.400)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	1.837	(1.837)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	1.838	(1.838)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2013</b>	<b>726.561</b>	<b>35.606</b>	<b>292.207</b>	-	<b>1.054.374</b>
Lucro Líquido	-	-	-	318.018	318.018
Reserva Legal	15.c	15.900	-	(15.900)	-
Dividendos	15.b	-	-	(23.529)	(23.529)
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	(52.000)	(52.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	113.294	(113.294)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	113.295	(113.295)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2014</b>	<b>726.561</b>	<b>51.506</b>	<b>518.796</b>	-	<b>1.296.863</b>
<b>Saldos em 30 de Junho 2014</b>	<b>726.561</b>	<b>41.882</b>	<b>411.466</b>	-	<b>1.179.909</b>
Lucro Líquido	-	-	-	192.483	192.483
Reserva Legal	15.c	9.624	-	(9.624)	-
Dividendos	15.b	-	-	(23.529)	(23.529)
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	(52.000)	(52.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	53.665	(53.665)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	53.665	(53.665)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2014</b>	<b>726.561</b>	<b>51.506</b>	<b>518.796</b>	-	<b>1.296.863</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### 1. Contexto Operacional

A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. A Aymoré CFI tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

#### 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Aymoré CFI, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 25 de fevereiro de 2015.

As demonstrações financeiras do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Aymoré CFI, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico [www.santander.com.br/i](http://www.santander.com.br/i).

#### 3. Principais Práticas Contábeis

##### a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Aymoré CFI.

##### b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atuados até a data do balanço.

##### c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

##### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

##### e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, a Aymoré CFI efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independentemente da retenção ou não do risco.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

##### f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

##### g) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

##### g.1) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados - 20% e beneficiários em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

##### g.2) Intangível

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de locais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

##### h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A Aymoré CFI é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Aymoré CFI. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 14.g).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras (Nota 14.a).

##### i) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Aymoré CFI de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

##### Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Aymoré CFI como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas.

##### Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 23. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido, o Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

##### Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

##### j) Remuneração Baseada em Ações

###### Liquidação em Ação

São referentes a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.

No início do plano é efetuada uma estimativa da quantidade provável das opções que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "patrimônio líquido - reservas para pagamento baseado em ações" ao longo do período de vigência de cada ciclo.

###### Liquidação em Dinheiro

No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.

**k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

**l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e sobre os prejuízos fiscais.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da Aymoré CFI na reunião realizada em 25 de fevereiro de 2015.

##### m) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades no valor de R\$41.722 (31/12/2013 - R\$229.735) e aplicações em depósitos interfinanceiros de R\$81.035 (31/12/2013 - R\$61.023).

#### 5



# Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2014		31/12/2013	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
<b>Imobilizado de Uso</b>				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	9.417	(6.123)	3.294	3.515
Sistemas de Segurança e Comunicações	2.827	(2.780)	47	78
Sistemas de Processamento de Dados	3.795	(3.795)	-	-
Benefiteiras em Imóveis de Terceiros	52.341	(28.274)	24.067	26.500
Outras	3.217	(2.092)	1.125	965
<b>Total</b>	<b>71.597</b>	<b>(43.064)</b>	<b>28.533</b>	<b>31.058</b>

**10. Intangível**  
Refere-se, basicamente, a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais.

	31/12/2014		Participação Direta
	Quantidade de Ações Possuídas (Mil)	Ações Ordinárias	
<b>Investimento</b>			
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super) (1)		20.000	50,00%
<b>Resultado da Equivalência Patrimonial</b>			
Patrimônio Líquido	34.084	(6.560)	
Lucro Líquido	17.042	14.086	
<b>Total</b>	<b>31.128</b>		

(1) Em 3 de outubro de 2014, a Aymoré CFI assinou um acordo de investimento ("Acordo") no qual se comprometeu a realizar um investimento na Super, que resultaria na subscrição e integralização de novas ações de emissão da Super correspondente a 50% do seu capital total e votante. O aporte de Capital ocorreu em 12 de dezembro de 2014.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14.b)	997.481	773.777	997.481	773.777
Impostos e Contribuições a Pagar	21.967	30.628	21.967	30.628
<b>Total</b>	<b>1.019.448</b>	<b>804.405</b>	<b>1.019.448</b>	<b>804.405</b>
<b>Circulante</b>	<b>21.967</b>	<b>30.628</b>	<b>21.967</b>	<b>30.628</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>997.481</b>	<b>773.777</b>	<b>997.481</b>	<b>773.777</b>

	31/12/2014		31/12/2013	
	Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 14.b)	Provisão para Pagamentos a Efetuar	Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 14.b)	Provisão para Pagamentos a Efetuar
Despesas de Pessoal	162.264	38.891	152.730	38.597
Despesas Administrativas		1.532		477
Outros Pagamentos		9.134		6.579
Fornecedores (1)		414.296		384.874
Outras		53.233		41.004
<b>Total</b>	<b>679.350</b>	<b>624.261</b>	<b>679.350</b>	<b>624.261</b>
<b>Circulante</b>	<b>623.142</b>	<b>600.280</b>	<b>623.142</b>	<b>600.280</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>56.208</b>	<b>23.981</b>	<b>56.208</b>	<b>23.981</b>

(1) Registro de valores a pagar a CVC, correspondentes as liberações parceladas estabelecidas em contrato de cessação.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Fiscais	Trabalhistas e Cíveis	Fiscais	Trabalhistas e Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>773.777</b>	<b>41.028</b>	<b>773.777</b>	<b>41.028</b>
Constituição Líquida de Reversão(1)				
Baixas por Pagamentos	226.070	44.612	111.410	213.127
<b>Saldo Final</b>	<b>997.503</b>	<b>50.295</b>	<b>773.777</b>	<b>41.028</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos (2)	348.010	2.032	1.795	300.207

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.  
(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

**d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões**  
A Aymoré CFI é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.  
As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Aymoré CFI com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Aymoré CFI tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.  
Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:  
**PIS e Cofins** - R\$882.932 (31/12/2013 - R\$618.828): a Aymoré CFI ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.  
**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$112.733 (31/12/2013 - R\$87.753): a Aymoré CFI ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

**ISS** - Instituições Financeiras - R\$1.811, refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.  
**e) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas**  
São ações movidas por Sindicatos, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.  
Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas individualmente, com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

**f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis**  
São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.  
As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo.  
As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.  
Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações cíveis que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

**g) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível**  
São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, com risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.  
As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$34.860 e cíveis R\$20.541 e não existem perdas possíveis de natureza trabalhistas.

**15. Patrimônio Líquido**  
**a) Capital Social**  
O capital social em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é composto por 287.706.670 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**  
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.  
Em 31 de dezembro de 2014, foram provisionados dividendos no montante de R\$23.529 (R\$0,0817812 em reais por lote de mil ações) atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2014.

Em 30 de dezembro de 2013, foi aprovado a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2013, no montante bruto de R\$52.200 (R\$0,1814347 por ação equivalentes a R\$0,1542195, líquido do imposto de renda).

Em 30 de dezembro de 2013, foi aprovado a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos aos períodos de janeiro a dezembro de 2012 e janeiro a dezembro de 2013. O valor bruto a ser pago referente ao período de janeiro a dezembro de 2012 foi de R\$70.200 correspondente a (R\$0,0024400 em reais por ação e R\$0,0020740 líquido do imposto de renda, em reais por ação). O valor bruto a ser pago referente ao período de janeiro a dezembro de 2013 foi de R\$52.200 correspondente a (R\$0,0018143 em reais por ação e R\$0,0015422 líquido do imposto de renda, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 30 de dezembro de 2013, e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2013.

**c) Reservas Estatutárias**  
O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Aymoré CFI e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

**16. Partes Relacionadas**  
**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**  
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Aymoré CFI realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2015, no valor máximo de R\$10. A Aymoré CFI é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Aymoré CFI não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.  
Em 2014 e 2013, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

**b) Benefícios de Longo Prazo**  
A Aymoré CFI, assim como o Banco Santander, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 23.b).

**c) Operações de Crédito**  
Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:  
I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;  
II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Aymoré CFI, com mais de 10%;  
III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Aymoré CFI; e  
IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

**d) Participação Acionária**  
A Aymoré CFI é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 287.706.670 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social.

**e) Transações com Partes Relacionadas**  
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.  
As principais transações e saldos são conforme segue:

	31/12/2014	01/01 a 31/12/2014	31/12/2013	01/01 a 31/12/2013
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
<b>Disponibilidades</b>	<b>41.722</b>	<b>-</b>	<b>229.735</b>	<b>-</b>
Banco Santander (6)	41.722	-	229.735	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)</b>	<b>1.261.833</b>	<b>193.933</b>	<b>1.488.711</b>	<b>170.651</b>
Banco Santander (6)	1.261.833	193.933	1.488.711	170.651
<b>Rendas a Receber de Serviços Prestados</b>	<b>19.569</b>	<b>119.389</b>	<b>9.271</b>	<b>95.070</b>
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (3,7)	17.483	113.453	8.338	91.096
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (CFI RCI Brasil) (6)	2.086	5.936	933	3.974
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas</b>	<b>1.369</b>	<b>12.032</b>	<b>612</b>	<b>10.626</b>
CFI RCI Brasil (6)	757	7.994	272	6.564
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (6)	612	4.038	340	4.045
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (3,7)	-	-	-	17
<b>Depósitos Interfinanceiros (2)</b>	<b>(27.176.767)</b>	<b>(2.794.439)</b>	<b>(28.481.445)</b>	<b>(2.783.471)</b>
Banco Santander (6)	(27.176.767)	(2.794.439)	(28.481.445)	(2.783.471)
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	<b>(67.729)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Banco Santander (6)	(67.729)	-	-	-
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas</b>	<b>(10)</b>	<b>(377.664)</b>	<b>(62)</b>	<b>(326.059)</b>
Banco Santander (6)	-	(373.757)	(41)	(322.346)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (3,7)	-	-	-	-
Produban Serviços de Informática S.A. (6)	-	(139)	-	-
Isban Brasil S.A. (6)	-	(3.768)	-	(3.713)
Banco Santander, S.A. - Espanha (Banco Santander Espanha) (6)	(10)	-	(21)	-
<b>Outras Obrigações - Diversas</b>	<b>-</b>	<b>(13.540)</b>	<b>-</b>	<b>16.908</b>
Isban Brasil S.A. (6)	-	(12.502)	-	-
Produban Serviços de Informática S.A. (6)	-	(1.036)	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (3,7)	-	-	(2)	16.908

(1) Em 31 de dezembro de 2014, estão compostas por aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento em até 3 meses no valor de R\$ 81.035, de 3 a 12 meses de R\$ 1.174.297 e acima de 12 meses de R\$ 6.501.  
(2) Em 31 de dezembro de 2014, os depósitos com vencimento em até 3 meses montam R\$ 2.496.711, de 3 a 12 meses R\$ 17.094.287 e acima de 12 meses R\$7.585.769.  
(3) Atual denominação social da Santander Seguros S.A.  
(4) As despesas incluem despesas administrativas - convênio operacional e outras despesas operacionais.  
(5) Controlador da Aymoré CFI (Nota 16.c).  
(6) Referem-se a empresas controladas do Banco Santander.  
(7) Controlada em conjunto - Banco Santander Espanha.  
(8) Controlador indireto do Banco Santander.  
(9) Controlada pelo Banco Santander Espanha.

**17. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias**  
Referem-se, principalmente, a tarifas de confecção de cadastro relacionadas a realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, tratamento de dados e outras informações necessárias às operações de crédito.

**18. Despesas de Pessoal e Tributárias**  
Despesas de pessoal incluem despesas com remuneração, encargos sociais, benefícios e despesas com treinamento.  
Despesas tributárias incluem, principalmente, despesas com Cofins, PIS/Pasep e ISS.

	01/01 a 31/12/2014		01/01 a 31/12/2013	
	Convênio Santander	Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	Transportes e Viagens	Depreciações e Amortizações
Propaganda e Publicidade	343.067	261.064	22.610	23.118
Outras	19.947	23.332	19.947	23.332
<b>Total</b>	<b>691.173</b>	<b>631.328</b>	<b>691.173</b>	<b>631.328</b>

## DIRETORIA

**Diretor Presidente**  
Conrado Engel

## Diretores Executivos

Amancio Acúrcio Gouveia Carlos Alberto López Galán Luiz Felipe Taunay Ferreira Nilton Sergio Silveira Carvalho Oscar Rodriguez Herrero Ronaldo Yassuyuki Morimoto

## Contador

Flaminio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.  
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Opinião**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
Gilberto Bizerra de Souza  
Contador  
CRC nº 1 RJ 076328/O-2